

RELATÓRIO-SÍNTESE DA REUNIÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS / MEC / SECAD

Edna Castro de Oliveira
(representante dos Fóruns de EJA)

A 1ª reunião da CNAEJA em 2006 ocorreu em Brasília-DF, na tarde do dia 14 de março, e durante o dia 15, das 9h às 17h. Foi presidida, no primeiro dia, por Ricardo Henriques Secretário de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC) e, no segundo dia, pelo Diretor do DEJA (SECAD) Prof. Timothy Ireland. Ricardo Henriques, ao saudar os membros presentes na abertura, destacou a decisão da SECAD de radicalizar a composição da Comissão, para olhar a EJA na perspectiva da diversidade, coerente com sua formulação e objetivos.

Na atual composição, participam da Comissão 16 segmentos com seus respectivos representantes designados pela portaria N o 602, de 7 de março de 2006, conforme documento anexo. Alguns segmentos mantiveram sua representação, outros foram incluídos e/ou renovaram seus representantes: Neroaldo de Azevedo Pontes (CONSED); Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva (UNDIME); Célio Cunha (UNESCO); Edna Castro de Oliveira (Fóruns de EJA); Timothy Denis Ireland (SECAD/MEC); Jeanete Beauchamp – Secretaria de Educação Básica SEB/MEC; Heleno Manoel G. de Araújo Filho (CNTE); Débora Pinto Niquini, representando as Universidades (CRUB); Maria Cristina Vargas (MST); Eliene Novaes Rocha (CONTAG); Adelaide Laís Parente Brasileiro – representando os Movimentos com experiência em EJA (MOVA); Francisca Bezerra da Silva – Segmento Indígena; Isabel Aparecida dos Santos – Segmento Étnico-racial; Daniele Costa – Segmento Juventude; Carlos Rodrigues Brandão – Educação Ambiental; Sérgio Haddad – ONGs com experiência em EJA.

Estiveram presentes quase todos os membros da Comissão, com exceção do representante do Segmento Étnico-racial e da representante dos Movimentos com Experiência em EJA, que justificou ausência. Participaram como suplentes Francisca Bezerra da Silva – Segmento Indígena, Moema Vieser – Educação Ambiental; Daniel Vaz Freire – Segmento Juventude e Moacir Gadotti – ONGs com experiência em EJA. Participaram também da reunião membros da equipe do DEJA Profa. Margarida Machado (coordenadora pedagógica da SECAD), Profa. **Claúdia** (coordenadora do Programa Fazendo Escola), Tancredo Maia (coordenador do Programa Brasil alfabetizado) e **Andréia** (completar os sobrenomes)

A pauta da reunião previa os seguintes itens: 1. Discussão das resoluções do Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola; 2. Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA); 3. Medalha Paulo Freire; 4. Aprovação da ata da reunião de agosto de 2005. No entanto, o conteúdo da pauta e o desenvolvimento das atividades foram alterados em função de notícias não muito favoráveis sobre as discussões do Fundeb no Senado no que se refere, especificamente, à leitura dos senadores sobre o significado da inclusão da EJA e da Educação infantil nas contas do Fundo. Por força do contexto, o Fundeb tornou-se o ponto de pauta principal que mobilizou a comissão durante os dois dias de reunião. Foi encaminhada a formação de uma subcomissão para atender audiência a ser agendada pela SECAD, no dia 15, com o Senador José Jorge do PFL de Pernambuco, parlamentar com uma trajetória de vinculação a outros momentos importantes de votação da legislação educacional brasileira como relator da LDB do FUNDEF, do PNE e agora da PEC que cria o FUNDEB. Seguiram-se os informes temáticos sobre o Concurso Literatura para Todos apresentado por Tancredo Maia, e Educação Prisional, apresentado pela Profa. Margarida Machado.

O calendário das reuniões ficou assim definido: 2ª reunião, paralela ao Encontro do MOVA em Fortaleza, nos dias 8 a 9 de junho; 3ª reunião em Recife, paralela ao VIII ENEJA, de 30/08 a 02/09; 4ª reunião em BSB, nos dias 8 e 9 de novembro.

Pronunciamentos dos Participantes.

Ricardo Henriques - o Secretário ressaltou a ação da SECAD/MEC, nos últimos anos, ao incorporar a Comissão como um ator crucial no desenho e na formulação das políticas de EJA. Afirmou o papel estratégico e não mais residual que a EJA tem atualmente no MEC, com condições de promover e concretizar a agenda da SECAD e acolher a diversidade de suas ações. Lembrou o movimento que vem sendo feito no esforço de produzir uma visão sistêmica da EJA, o que levou a Secretaria a reconhecer o

movimento dos Fóruns. A Comissão tem sido estratégica no sentido de consolidar a agenda da educação de jovens e adultos e de romper com as ações isoladas de alfabetização para pautá-la na perspectiva da continuidade, avançando na agenda política, no conteúdo, no marco institucional da EJA, com a avaliação da alfabetização nos diferentes níveis e âmbitos, cognitivo e de gestão. O Secretário ressaltou ainda a importância de uma política pública para além de uma política de governo, o que impõe ao estado assumir o compromisso com a EJA, na formulação, desenho e monitoramento das ações, trazendo para a cena a escuta dos setores rompendo assim com a ideia de que para jovens e adultos com baixa escolaridade o remédio é o tempo. O Secretário fez ponderações sobre o momento político, considerando o marco institucional de financiamento - o FUNDEB - o que faz com que 2006 não seja um ano qualquer. Ressaltou a tensão que o momento provoca entre estar atento ao fato da institucionalidade por trás das representações e a emergência de movimentos que possam minar as ações em curso que buscam consolidar as políticas de EJA. Considerou a mesa da Comissão uma mesa de consenso que precisa ser gerado em favor da política, com expectativa de que a comissão possa ajudar o MEC a construir uma política de financiamento da EJA para toda a rede. A agenda traz muita densidade do ponto de vista do compromisso quanto ao papel da Comissão.

Célio Cunha (UNESCO) – ponderou sobre o risco que está de pé, e que ameaça a EJA se não conseguirmos convertê-la em política pública. Relembrou as experiências do Mobral, de Paulo Freire, do PNAC que referendam a ideia de que não se deve insistir na EJA, como também a recomendação, dos organismos de financiamento, de que não se deve investir em educação superior mas na educação infantil. Importa atentar para a reflexão sobre que mecanismos de governabilidade podem garantir esta política. Uma política de EJA tem que ocupar a centralidade na política nacional de educação.

Moacir Gadotti (ONGs com Experiência em EJA) – O fato de ter sido retomada a Comissão, neste governo, mostra que há uma diferença, e que este é um momento de balanço e renovação de esperança. Ganhamos com a questão da diversidade entrando na EJA. Na questão da educação continuada talvez não tenhamos avançado tanto, em função das dificuldades de continuidade. Se por um lado a EJA entrou na agenda do governo, por outro estamos longe de alcançar as metas do PNE. Venezuela e Bolívia são exemplos de países que colocaram a alfabetização como estratégia. A prioridade não é apenas uma questão de recursos, falta também a mobilização política e o envolvimento dos movimentos sociais.

Neroaldo Azevedo (CONSED) – estamos cuidando da avaliação do PNE. A criação da SECAD foi um avanço no sentido de tentar cumprir as metas, e é um marco nesse período. A EJA avançou, se considerarmos que o ENEJA começou à revelia do MEC. Lembrou que no atual contexto da política de financiamento, pode “sobrar” para um elo fraco como a EJA.

Timothy Ireland (SECAD/MEC) – expressa sua satisfação como membro titular e mostra a importância da participação da SEB/MEC na Comissão. Destaca que da mesma forma que buscamos articular a alfabetização e continuidade no ensino fundamental temos que articular continuidade no ensino médio. A avaliação do Programa Brasil Alfabetizado que está sendo desencadeada pela SECAD conta com pessoas de top de linha nas suas áreas específicas. Aponta para a Comissão o desafio de pensar as políticas de EJA para além do MEC. Temos pensado a EJA muito em termos da escola e não temos articulado com os demais ministérios, no desenvolvimento de programas e projetos que requerem articulação interministerial.

Daniel V. Freire – (Segmento Juventude) aponta a participação de seu segmento muito mais como forma de articular a mobilização e a busca de integração das ações num momento em que o Conselho Nacional de Juventude vem sendo provocado, pela SECAD, a jogar um peso maior nas ações do Brasil Alfabetizado.

Moema Veiser – colocou a importância de uma política pública facilitadora da diversidade que possa sair mais da relação ler - escrever – avaliar. Aponta a necessidade da mudança de paradigma de um Brasil Alfabetizado para um Brasil eco-alfabetizado, e de articular as ações dispersas.

Maria do Pilar – trouxe sua preocupação com a discussão e concepção de EJA entre os Senadores. A demanda da EJA, não sabida, vem sendo utilizada como argumento para discutir o lugar, os recursos da EJA no FUNDEB. Sugere que a Comissão encaminhe alguma intervenção concreta, observando que o campo de forças progressistas no Senado e na Câmara não está articulado com a EJA, sem desconsiderar que há sempre uma mobilização e investimento maior na educação infantil. Com a

regulamentação corremos o risco de que a EJA seja ameaçada ou fique de fora. O apelo tem que ser no sentido de que a EJA não fique de fora.

Cristina Vargas – ressaltou a tarefa da Comissão de fazer uma análise mais detalhada da questão e aglutinar dados que possam subsidiar os nossos argumentos de defesa da EJA no FUNDEB.

Edna C. de Oliveira – expressou sua preocupação como nova representante dos Fóruns de EJA, substituindo a colega Jane Paiva, no encaminhamento e defesa das posições do Segmento, principalmente em relação ao ENCCEJA. Reafirmou a posição contrária do Movimento ao ENCCEJA, assumida no percurso das lutas de construção do Movimento, a ser explicitada no momento apropriado da pauta. Com relação ao encaminhamento da Comissão, de intervir no processo de aprovação do FUNDEB, lembrou o papel que os Fóruns de EJA podem assumir nos estados em articulação com a mobilização da Educação Infantil, ressaltando o papel indutor da UNDIME na convocação dos municípios. O Secretário advertiu encaminhando que não devemos confundir o foco da agenda política da Comissão com os desdobramentos de sua agenda política no âmbito dos respectivos segmentos.

Ao final da rodada de manifestações, o Secretário Ricardo Henrique deu posse à Comissão, atentou para os pontos de pauta a serem ainda contemplados, e solicitou à Comissão “como mesa de consenso”, que ouvisse o Presidente do INEP, com relação ao ENCCEJA, mas que não criasse problemas políticos para a SECAD, como fizeram os coordenadores estaduais em Carta Aberta espaço em que apresentam manifestações contrárias ao ENCCEJA e apontam alternativas ao INEP. Segundo o Secretário, a posição assumida pelos técnicos está sendo desautorizada, junto a SECAD, pelos seus respectivos Secretários Estaduais de Educação. Para o INEP, a carta dos coordenadores é algo sem importância.

Informes temáticos:

Concurso Literatura para Todos – Este concurso é parte integrante das ações do DEJA/SECAD de implementação de uma política de acesso à leitura para os recém alfabetizados, e foi proposto dada a constatação da ausência de material para neoleitores. Lançado em dezembro de 2005, tem como objetivo “selecionar obras literárias, inéditas, específicas para neoleitores jovens e adultos, em processo de alfabetização pelo Programa Brasil alfabetizado”. O prazo de inscrição previsto foi de 16 de dezembro de 2005 a 16 de março de 2006. O Concurso estará selecionando 8 (oito) obras de natureza literária, a serem produzidas, publicadas, divulgadas e distribuídas com recursos do MEC, nas seguintes modalidades: conto ou novela, crônica, poesia, biografia ou relato, ensaio ou reportagem, textos de tradição oral, esquetes, scripts, peças teatrais ..., texto utilizando linguagens de Informação e Comunicação. Houve ampla divulgação pelo rádio e pelas redes de literatura. O prêmio será de R\$ 10.000 para o primeiro premiado. O resultado do trabalho publicado terá edição de 300.000 exemplares. O material será destinado ao uso dos alfabetizadores e contará também com a ação dos agentes de leitura para distribuição dos livros para os alunos. Os trabalhos serão analisados por uma Comissão julgadora envolvendo professores escritores e atores da EJA. O anúncio da premiação está previsto para o dia 04/05, e a solenidade de premiação para 09/05 onde se prevê a participação de neoleitores para ler as obras premiadas.

Educação prisional — A SECAD está em discussão com o Ministério da Justiça, buscando aproximações com a Secretaria de Justiça. Há uma perspectiva de que até junho tenhamos diretrizes para a educação prisional. A compreensão é de que a educação prisional é de responsabilidade da educação. Constitui um desafio para as situações em que a escola não pode atender.. Busca-se uma coordenação no âmbito do governo federal para se difundir o projeto pelos estados. Há um apoio da UNESCO no desenvolvimento da educação prisional nos estados de Goiás, Tocantins, Rio de Janeiro e São Paulo. Um projeto piloto envolvendo 7 estados prevê recursos que devem ser repassados para apoiar a gestão e a produção de material específico. Seminários regionais estão sendo desencadeados nos estados de RJ, GO, PB, CE, TO, SP, RS com foco na discussão da gestão e do direito à remissão pelos apenados. Busca-se ainda envolver os estados de MG e ES. A culminância dos seminários regionais será o seminário Nacional previsto para o mês de julho.

Encaminhamentos – foi definido que a CNAEJA se manifestasse através de um documento a ser entregue ao Senador Jose Jorge, reunindo dados da demanda da EJA que subsidiem os estudos dos membros da Comissão de Constituição e Justiça do Senado. A apreciação da minuta da medalha Paulo Freire foi transferida para o dia seguinte, com sugestões de que fossem incluídas iniciativas que se

realizam em regiões de difícil acesso, as que priorizam o atendimento ao público jovem e as que se voltam para o fortalecimento de ações coletivas.

Os trabalhos foram retomados por Timothy, no dia 15/03, às 9h, informando num primeiro momento sobre a audiência com o Senador José Jorge agendada para as 15h30, e pautando a retomada do documento a ser entregue ao Senador. A Comissão definiu por uma carta de uma página, que indicasse o nosso apoio à aprovação do FUNDEB como instrumento de consolidação da política pública de educação, defendendo a inclusão e permanência da EJA no FUNDO, nas mesmas condições de outras modalidades, como resposta a preceitos constitucionais e princípios éticos do direito à educação, bem como em observância ao "Manifesto dos Senadores," em defesa da educação básica e à Década da Alfabetização das Nações Unidas (2003-2013). Uma subcomissão foi constituída, para entrega do documento ao Senador José Jorge, com os seguintes representantes: Célio Cunha (Unesco); Edna C. de Oliveira (Fóruns de EJA); Heleno Manoel G.A.Filho (CNTE); Moacir Gadotti (ONGs com experiência em EJA); Neroaldo de Azevedo (CONSED), compondo com o Secretário da SECAD Ricardo Henriques.

Houve mais um deslocamento na pauta da reunião e a Resolução do Brasil Alfabetizado passou a ser apresentada por Tancredo, destacando os seguintes aspectos: as parcerias a serem firmadas com o FNDE, através de convênio com duração de 6 a 8 meses; as ações de formação dos alfabetizadores e alfabetização de jovens e adultos para as quais o Programa se volta; os recursos destinados em 2006, no valor de R\$ 214 milhões para estas ações; o atendimento, pelos entes federados conveniados, aos beneficiários do Programa Bolsa Família; o atendimento a jovens e 15 a 29 anos não alfabetizados, ressaltando a articulação da SECAD com a Secretaria Nacional de Juventude para incentivar/mobilizar a participação dos jovens no Programa; os valores para a ação de formação inicial R\$ 40,00 por alfabetizador, acrescido de R\$ 10,00 para a formação continuada, com valor total limitado ao máximo de R\$ 120,00; a inovação este ano com a bolsa de R\$ 150,00 para o tradutor da Linguagem de Sinais que apoiará os alfabetizadores com turmas que incluam alunos com necessidades educacionais especiais.

A apresentação da Resolução do BA foi interrompida com a chegada da equipe do INEP, para a apresentação do ENCCEJA. Timothy fez uma rápida contextualização das discussões do ENCCEJA com a SECAD, lembrando a participação do Prof. David. Simões no ENEJA, de Porto Alegre, em 2004. Destacou que a atual proposta é tecnicamente diferente da anterior. Apresentou o Prof. Reinaldo, presidente do INEP, como profissional que tem desenvolvido estudos na área e que, portanto, não é alheio às questões do campo.

Prof. Reinaldo começou ressaltando o ENCCEJA como "uma proposta que está em aberto. Não há nada fechado do ponto de vista financeiro ou técnico. Algumas pessoas e entidades apoiaram o Exame. Os Fóruns de EJA têm resistido e os coordenadores de EJA também".

Ressaltou as atribuições do INEP na formulação das avaliações nacionais (SAEB e ENEM e o ENAD), no levantamento estatístico e na realização de estudos. Justificou o surgimento do ENCCEJA a partir de denúncias nos estados, quanto à forma de certificação. O exame, de natureza explicitamente tecnicista, utiliza-se da metodologia de resposta ao item, com base numa escala a partir da qual são construídos critérios normativos de aprovação, que definem o que as pessoas têm que saber. Busca aferir competências e habilidades com o objetivo de certificação em nível de ensino fundamental e médio, o que tem provocado críticas e tensão no debate. Uma das críticas é a da migração dos alunos de EJA das escolas, para os exames que trazem a rápida certificação. Volta-se para atender uma demanda potencial de 44 milhões de pessoas que estão fora de qualquer acesso e não procuram a escola, caracterizando também um público que apresenta distorção idade série no ensino regular e que frequenta os cursos de EJA. A SECAD e o INEP vêm buscando fazer estudo aprofundado do porque essas pessoas não procuram acesso. O presidente defendeu a idéia de que o que se deve mobilizar para não fazer o exame é a atratividade da escola e não a rejeição ao exame, ressaltando que não temos estudos sobre os impactos dos programas de EJA nas populações. Há a perspectiva de se criar um banco do perfil sócio-econômico. No caso da EJA, o levantamento da trajetória dos alunos, a ser construída com os profissionais da EJA. Ressaltou também como parte da metodologia a criação de oficinas para a formulação dos itens pelos profissionais da área. Admitiu que os exames tenham que ser revistos para ter atratividade e serem úteis às pessoas. Para isto aponta alguns critérios: visibilidade pública, regularidade na aplicação, credibilidade dos resultados e disponibilidade de materiais pedagógicos, ressaltando que o MEC, pode dar ao ENCCEJA, visibilidade e credibilidade. O papel do INEP no Exame é o de elaborar os instrumentos; pré-testar os itens de prova; definir escala de desempenho e disponibilizar os resultados.

As Secretarias de Educação têm a tarefa de fazer a adesão voluntária, definir critérios de certificação, apoiar a realização dos exames e certificar os aprovados. O ENCCEJA vem sendo aplicado no Japão e também em municípios que solicitam.

As intervenções dos membros da Comissão, ao discutirem o ENCCEJA foram apontando de forma quase unânime algumas preocupações, **críticas e encaminhamentos**: a) **Célio Cunha** explicita que a Certificação como uma tendência mundial precisa ser aperfeiçoada. Na relação com os itens de prova, há que se aprofundar estudos sobre o conhecimento tácito dos educandos e verificar como incorporar no sistema de avaliação a diversidade de fontes de aprendizagem; b) **Moacir Cadotti**, - destaca a importância de ouvir que o Inep não tem uma proposta pronta, nem fechada para financiamento na sua formulação. Ressalta a avaliação como um direito que é distinto do Exame de Certificação de Competências. É difícil avaliar a partir das competências, as diferentes dimensões da formação que escapam ao modelo de mensuração de habilidades e competências estritamente cognitivas. A EJA não está restrita apenas ao MEC ela tem que ser tratada de forma interministerial definindo diferentes modalidades de avaliação; c) **Heleno de Araújo Filho** - mostrou sua preocupação em relação à certificação nos seguintes aspectos: o foco da proposta voltado para aqueles que estão fora da escola despotencia a escola como espaço de experiências coletivas de formação. O material produzido em nível nacional desfoca a atenção dos problemas e das experiências da cultura local. Questionou ainda se o Estado, ao aderir ao exame, não estaria deixando de lado o seu compromisso em ofertar a EJA.; d) **Cristina Vargas** - afirma a certificação como uma necessidade, que vem sendo expressa pelos grupos do MST que buscam a continuidade de estudos. Só recentemente, o movimento vem se dando conta da certificação como um elemento importante na formação das lideranças. No entanto, coloca a preocupação com os Estados e Municípios no diálogo com os camponeses sobre a forma de certificação, que não pode desconsiderar suas experiências.

Houve, de certa forma, consenso sobre a idéia de que a certificação não pode ser proposta tomando como instrumento um exame que não leva em conta a experiência da educação não formal gestada na ação dos movimentos sociais, cujas experiências têm sido inviabilizadas; e) **Maria do Pilar** - manifestou-se em defesa do exame, mas propõe que a discussão seja feita de forma mais ampla possível, envolvendo a participação da sociedade. Reafirma também a crítica de que o exame não dá conta de considerar as experiências dos alunos, da educação não formal; f) **Moema Vieser** – enfatizou como estratégia a necessidade de se colocar a EJA em pauta, buscando uma articulação interministerial na formulação da avaliação. Apresentou proposição ao Inep de se fazer um diagnóstico participativo e de se pensar, de forma articulada, diretrizes nacionais de avaliação; g) **Edna de Oliveira** – afirmou a posição contrária dos Fóruns ao ENCCEJA, historicizando a relação do ENCCEJA com o Movimento, a partir do IV ENEJA em Belo Horizonte, quando os Fóruns foram surpreendidos com a proposta do ENCCEJA que começava a ser divulgada, sem nenhuma interlocução com os segmentos de EJA, o que se tornou uma questão polemica na plenária final do Encontro. No VI ENEJA, em Porto Alegre, o Exame voltou a ser discutido na reunião da Comissão Nacional coma participação do Prof. Davi, a convite da SECAD. A Comissão apresentou vários argumentos contrários e encaminhou no sentido de que a SECAD e Inep aprofundassem estudos de mapeamento da EJA . No entanto, nada aconteceu desde então. Em 2006, o Movimento é surpreendido, mais uma vez, com a retomada da discussão do ENCCEJA, o que vem provocando os Fóruns a se mobilizarem contrariamente à proposta do Exame, pautando a discussão em nível local, para buscar alternativas para um avaliação que contemple a diversidade da EJA. Enfatizou que a crítica maior da migração dos alunos das escolas para a certificação rápida, que se pretende universalizante, coloca para a SECAD pensar uma das suas contradições: a conformação atual da Secretaria, na perspectiva da educação continuada e da diversidade, conflitua com uma proposta de certificação que não contempla a diversidade das experiências dos sujeitos e dos contextos de aprendizagem. A educação como direito à formação humana, e como continuidade, são princípios dos quais não abrimos mão. Encaminhou para que a discussão continue se ampliando com os fóruns em nível local, e que a escuta da SECAD e INEP seja uma escuta efetiva; h) **Isabel A. dos Santos** – questionou como os exames considerariam a diversidade, uma vez que os grupos indígenas vêm rompendo com o modelo tradicional, não abrem mão da educação de qualidade diferenciada e têm as escolas como instrumentos de lutas de seus povos; i) Jeanete Beauchamp – levanta preocupações sobre os exames uma vez que podem promover a auto-estima ou não, e o que isto pode significar para

os sujeitos. Sugere que os exames sejam pensados a partir de um conhecimento do currículo real da EJA em nível nacional.

Os trabalhos foram retomados à tarde, quando Tancredo prosseguiu com a apresentação da Resolução do BA, ao mesmo tempo em que a subcomissão se deslocava para o Gabinete de Senador José Jorge, a quem entregamos a carta junto com o documento *Porque devemos incluir a Educação de Jovens e Adultos no FUNDEB*. Na audiência, os membros reiteraram seu apoio à aprovação da proposta, ressaltando a importância do documento como fonte de embasamento legal que justifica a permanência da EJA no FUNDEB, bem como fonte de dados do atendimento hoje existentes. O Senador apontou suas preocupações em relação ao volume de recursos e à sua distribuição, considerando a demanda de atendimento acrescida pelo Ensino Médio, Educação Infantil e EJA. Mostrou-se otimista, como relator, quanto à possibilidade da aprovação da proposta no Senado.

Como desdobramento, a Comissão encaminhou no sentido de que o documento possa subsidiar os Fóruns nas suas discussões e na interlocução com os seus senadores nos estados.

Obs: Como integrante da Subcomissão, não participamos das discussões da Resolução do Fazendo Escola e da Medalha Paulo Freire que ocorreram paralelamente à audiência. Retornando do Senado, ao final da reunião, sugerimos que a SECAD dê continuidade à discussão do ENCCEJA com a Comissão, uma vez que embora esta tenha um caráter consultivo, vários encaminhamentos e várias idéias foram propostas para pensar alternativas .